

<b>Diário Notícias</b>	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>227 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>79040</b>	Página (s):	<b>6</b>

09-11-2006

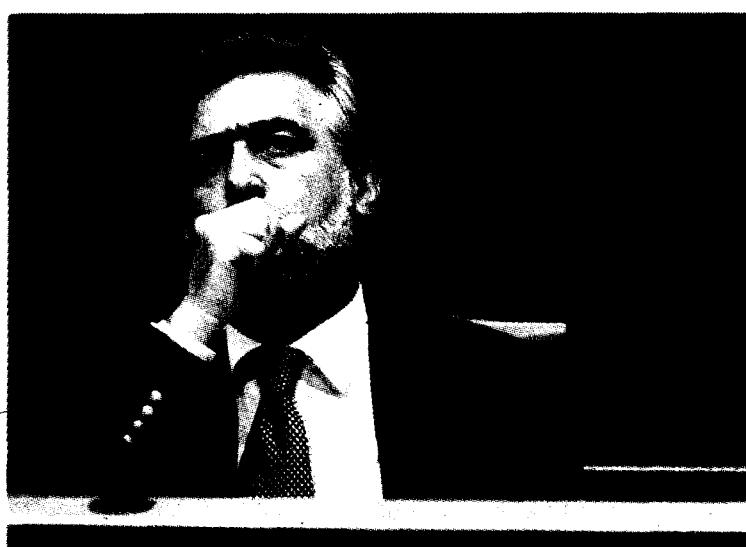
**COMISSÃO DO PARLAMENTO EUROPEU VEM A LISBOA**

# Amado recebe investigadores dos voos ilegais da CIA

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, confirmou a disponibilidade para receber a delegação da comissão do Parlamento Europeu (PE) sobre a CIA, que se desloca a 6 de Dezembro a Lisboa. Numa carta enviada para Bruxelas, o chefe da diplomacia dá conta da sua disponibilidade para receber dentro de um mês a delegação do PE e abordar "as questões relativas aos alegados voos da CIA, no quadro das relações de cooperação mantidas com o Parlamento Europeu a este respeito".

A comissão temporária do PE sobre a alegada utilização pelos serviços secretos norte-americanos de países europeus para o transporte e detenção ilegal de prisioneiros, presidida pelo eurodeputado social-democrata Carlos Coelho, decidiu a 2 de Outubro enviar uma delegação a Portugal, tendo pedido uma série de audiências com autoridades portuguesas.

Além do ministro, a comissão solicitou encontros com o presidente do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), Luís Almeida, o presidente da Navegação Aérea Portuguesa (NAV), Carlos Gonçalves da Costa, o director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Jar-



**Negócios Estrangeiros** | Ministro diz que não houve ilegalidades em Portugal

mela Palos, o director-geral do Serviço de Informações e Segurança (SIS), Antero Luís, e ainda com o presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República, José Luís Arnaut.

O objectivo da comissão temporária é apurar responsabilidades de países europeus em casos de actividades ilegais alegadamente praticadas pelos serviços secretos norte-americanos em território europeu.

Portugal não é suspeito em maté-

ria de existência de prisões secretas ou prática de tortura, sendo a eventual transferência ilegal de passageiros a questão que suscita esclarecimentos. E, até ao momento, segundo Carlos Coelho, não há qualquer indício concreto nesse sentido. A 18 de Outubro, no Parlamento, Luís Amado indicou que o grupo de trabalho interministerial concluiu não haver nenhum indício de qualquer ilegalidade cometida em Portugal. ■

